



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de
Infra-Estrutura
 para os devidos fins.

Em 13 / 04 / 20

Elvagn

Conceição de Maria Lages Rodrigues
 Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado

W. Son Sudo

para relatar.

Em 14 / 04 / 2010

Elvagn

Presidente da Comissão de Infra-Estrutura e Política Econômica

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE DO DEPUTADO WARTON SANTOS

COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA E POLÍTICA ECONÔMICA

PROJETO INDICATIVO DE LEI Nº 019/2010.

PROCESSO AL- 379/10

AUTOR: DEP. ANTÔNIO FÉLIX

RELATOR: DEP. WARTON SANTOS

I – RELATÓRIO

Encaminhado a esta relatoria nos termos do art. 47, Inciso VI, do Regimento Interno, a proposição supra referida para emitir parecer conforme dispõem os artigos 59 a 63, 139 e seguintes do mesmo diploma legal já elencados, a referida proposição em epígrafe que *Altera o art. 1º da Lei Ordinária nº 5.979 de 24 de fevereiro de 2010.*

A proposição recebeu parecer favorável da CCJ- Comissão de Constituição e Justiça e na presente Comissão passa-se a análise pertinente ao mérito.

O Projeto de Lei em comento está sob a análise da Comissão de Infra-estrutura e Política Econômica, haja vista atender ao campo temático previsto no Art. 34, Inciso III, alínea “o”, do Regimento Interno.

II - PARECER

A presente proposição propõe a autorização ao Poder Executivo Estadual a celebrar convênio com a União Federal e a conceder aos colonos através do Departamento Nacional de Produção Mineral DNPM 10.000,00,00,00 (dez mil) hectares de área, compreendida nas cidades de Juazeiro do Piauí e Castelo do Piauí,

destinada a exploração de recursos minerais no subsolo dos municípios, para fins exclusivamente sociais.

Apesar de estar sob o campo de análise aspectos outros que não seja o mérito, competência inerente a presente comissão, ao nosso sentir, até mesmo, para balizar o nosso parecer, lamenta-se, o fato de na Comissão de Constituição e Justiça não ter sido vistas algumas formalidades, essenciais a qualquer propositura de Projeto de Lei, em especial, destaque-se a necessidade de justificar as proposições, pois é o que manda a boa técnica legislativa.

Assim, destaca-se ausência de justificativa da presente proposição o que dificulta saber o alcance do Projeto em *epígrafe*.

Todavia, fazendo o paralelo do dispositivo em reforma, observa-se que a presente proposição propõe a retirada do texto original a seguinte expressão: **através do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, para que conceda ao Estado do Piauí 10.000 (dez mil) hectares de área**, passando, assim, a novo texto, qual seja: **e a conceder aos colonos através do Departamento Nacional de Produção Mineral DPNM 10.000,00,00,00 (dez mil) hectares de área**.

Após, esgotar-se as considerações preliminares, fazendo-se, necessárias ponderações, entendemos que o propósito do Projeto de Lei em comento é, indubitavelmente, o melhor, haja vista que referida proposição trata no mérito de tema relevante ao Piauí, em especial, os Municípios envolvidos, vez que a proposta de Convênio entre União e o Estado do Piauí, tem como objetivo o crescimento desta região, seja com o fomento à pesquisa mineral, seja como proposta de novas descobertas de oportunidade para a municipalidade envolvida, o que sob o prisma do justo, do necessário e do essencial, tem a nossa aquiescência, a anuência desta relatoria para o normal trâmite da proposta em questão.

Assim, entendemos que a presente proposição vem ao encontro de grandes oportunidades para o Piauí.

Esse é o nosso sentir.

III – VOTO

Diante do supra argumentado, com as considerações devidas, entende-se de grande importância a presente proposição, tendo em vista engrandecimento de pesquisa e viabilidade econômica que alcança a presente proposição, assim opinamos por **PARECER FAVORÁVEL**.

Assim, votamos

SALA DA COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA E POLÍTICA
ECONÔMICA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ,
Teresina, 19 de abril de 2010.

Wartton Santos
Dep. WARTON SANTOS

Relator

Orlando Filho

mt

Colina Resende

